

Ameaça à democracia

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Os senhores da guerra, usualmente, não conseguem atingir seus objetivos por intermédio de tiros e bombas. Os norte-americanos invadiram o Iraque, saquearam o país, subtraíram o petróleo e suas riquezas históricas, mas não conseguiram se manter a salvo dentro daquele território. Foram obrigados a sair. Os franceses perderam no Vietnã, antes de os norte-americanos também serem derrotados. E os ingleses foram expulsos do Afeganistão, depois de tentarem subjugar o país. Em 1942, as tropas de Hitler dominavam praticamente toda a Europa. Ao fim do conflito, em 1945, a Alemanha foi dividida em dois países e o ditador se suicidou.

Nos anos 30 do século passado, o Oriente Médio era um deserto com reduzidas perspectivas econômicas. Os ingleses dominavam a região e não gostavam que estrangeiros de outras nacionalidades entrassem na área. Mas a Armada Real, que deixara de utilizar carvão como combustível e aderiu ao petróleo, teria de ser atendida. Em maio de 1932, a empresa Bahrain Company, canadense com origem norte-americana, descobriu petróleo na região. E abriu os olhos das empresas dos Estados Unidos que relutavam em investir em prospecção no deserto. Os americanos, logo depois, descobriram petróleo na Arábia Saudita e assinaram um tratado de proteção recíproca, que está em vigor até hoje.

Os ingleses cortaram o Oriente Médio em fatias. Colocaram muçulmanos de tendências opostas dentro de um mesmo país. Desmembraram a região em linhas retas. Foi obra de Winston Churchill, com objetivo de manter o domínio inglês na região. Na Europa, década depois, Hitler iniciou sua perseguição aos judeus que se espalharam por todo o mundo. A maioria deles, no leste europeu, preferiu migrar para a Palestina, que era protetorado britânico. Tempos depois, ao fim da segunda guerra, foi criado o estado de Israel, destinado a conviver em paz com os palestinos. O problema europeu, a perseguição de judeus, transformou-se em assunto sério no Oriente Médio. Israel não tem petróleo, mas seus vizinhos, sim. Qualquer briga lá, interfere no comércio em todo o mundo.

Uma instituição judaica chamada Haganah, que posteriormente se transformaria no Exército de Israel, forneceu meios e modos para que os judeus se instalassem na Palestina, contra a orientação dos ingleses. Sabotaram instalações, dificultaram ações dos governantes locais e assumiram funções terroristas até que recebessem condições para criar um novo país. Israel surgiu em meio à pesada guerra contra seus vizinhos árabes. Nunca teve uma vida tranquila e fácil. O normal naquela área é a guerra. Mas a circunstância de que a região é a maior produtora de petróleo do mundo, coloca o conflito numa escala mundial. É um assunto local, permeado por questões religiosas, complicado pelo expansionismo de Israel, que influi nos destinos do mundo.

A guerra entre Israel e seus vizinhos não é novidade. Novidade é o Irã entrar no conflito. Foi o principal apoio dos Estados Unidos na região, quando ainda se chamava Pérsia. Não é um país



árabe. O idioma que se pratica no país é o farsi. Tem nível interessante de desenvolvimento. E está muito perto de produzir uma bomba atômica. Reúne os conhecimentos necessários para construir o artefato. Neste momento, o mundo está bordejando uma séria possibilidade de tragédia de enormes proporções na região. Israel tem bombas atômicas. Se o governo se sentir ameaçado, como foi recentemente com a chuva de mísseis vinda do Irã, pode recorrer ao gesto supremo e fazer o cogumelo nuclear brilhar naquele céu.

São duas guerras perigosas. A de Israel contra seus vizinhos não tem parâmetros. O exército israelense mata tudo que vê pela frente: mulher, criança, velho e eventualmente o inimigo. A outra guerra é da Ucrânia, em que a Rússia se atolou e revelou a atual fraqueza do antigo exército vermelho. Putin e Netanyahu sabem que Joe Biden é um legítimo pato manco. Está em fim de mandato.

Em janeiro, estará fora do poder. E apostam na vitória de Donald Trump. Se o republicano vencer a eleição nos Estados Unidos, Putin deverá dominar rapidamente a Ucrânia e os palestinos deixarão de existir, porque o primeiro-ministro vai conseguir chegar a seu objetivo: criar a grande Israel, ou seja, ampliar seu espaço vital.

Hitler, por acaso, tinha o mesmo objetivo para a Alemanha, na Segunda Guerra Mundial. Espaço vital. A eleição nos Estados Unidos que deverá ocorrer em novembro próximo vai ajudar a definir o conflito. Por essa razão, as tropas israelenses precisam avançar mais, devastar mais, matar mais, para criar um fato consumado, em torno do qual ocorrerão as negociações com o novo presidente dos Estados Unidos. Nesse caso, a guerra no Oriente Médio coloca em jogo mais que o petróleo. O destino da democracia no Ocidente está na mesa de apostas.

Gaza, um desafio moral

» REGINALDO MATTAR NASSER
Professor livre-docente na área de relações internacionais da PUC (SP), Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e Puc-SP), coordenador do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (Geci) e pesquisador do Instituto de Ciência e Tec. para Estudos sobre os EUA (Ineu)

Desde 7 de outubro de 2023, a partir dos massacres liderados pelo Hamas, que causaram a morte de mais de mil israelenses, entre militares e civis, a ação militar israelense na sequência colocou-nos diante de um processo histórico sem precedentes. Do alto de sua longa experiência na luta contra o racismo nos EUA, a ativista Angela Davis não poderia definir melhor o momento em que passamos a viver: a Palestina é um teste moral para o mundo.

Mas, a história dos palestinos de Gaza não começa no dia 7, como querem aqueles que fazem tábula rasa da história. Desde 2007, os 2,5 milhões de habitantes, sendo 75% de refugiados, vivem em condições desumanas em um território de 360 km² sob cerco de Israel por terra, mar e ar, com privação de água, remédios e alimentos. Trata-se, sem dúvida nenhuma, de um caso exemplar de necropolítica, uma política de morte planejada de uma determinada população de forma lenta, progressiva e fulminante.

Se isso não bastasse, a partir de 7 de outubro, os palestinos passaram a reviver uma trágica lembrança: Nakba (catástrofe em árabe) de forma mais intensa do que no passado. São, pelo menos, 41 mil pessoas mortas (cerca de 16.500 crianças), mais de 96 mil pessoas desaparecidas, mais da metade das casas de Gaza danificadas ou destruídas e 50% da infraestrutura de saúde inutilizada.

Gaza é uma verdadeira distopia. Uma hora após eu escrever esse artigo, notem bem, não é um dia, o que seria catastrófico, acrescente aos números acima mais 15 pessoas mortas (seis crianças). Mas, para chegar a esses números horrorosos, houve a convergência de três fatores: a intencionalidade do governo israelense, o apoio de potências e a condescendência da comunidade internacional.

Políticos e militares israelitas fizeram numerosas declarações atribuindo culpabilidade coletiva aos palestinos em Gaza pelo assassinio em massa de israelenses. Netanyahu convocou o inimigo bíblico de Israel, Amaleque. “Agora vá e fira Amaleque”, “destrua tudo o que eles têm, e não os poupem; mate homem, mulher, criança boi e ovelha, camelo e jumento”. O ministro de Defesa de Israel, Yoav Gallant, ordenou um “cerco total” à Faixa de Gaza. Não haverá eletricidade, disse ele, nem comida, nem combustível.

Além da intencionalidade, outro elemento importante para que o genocídio se torne realidade é o apoio político e material. Desde 1991, os Estados Unidos (EUA) fornecem a Israel ajuda militar sob a forma fixa, diferentemente do que acontece com outros países. Em 2024, o governo Biden-Harris aprovou pacote de US\$18 bilhões em ajuda militar, autorizado pelo Congresso, mesmo depois que a Corte Internacional de Justiça ter ordenado medidas provisórias para interromper o genocídio em Gaza.

No que se refere ao papel da comunidade internacional, é verdade que Israel nunca foi tão criticado como atualmente, seja no nível diplomático, como nas instituições internacionais (ONU), Tribunal Penal Internacional, Corte Internacional de Justiça), mas, por outro lado, não houve nenhuma atitude concreta de qualquer Estado que pudesse interromper as ações de Israel. Isso faz nos lembrar que, não por acaso, há fortes analogias da colonização da Palestina com o caso do Apartheid na África do Sul e, portanto, lembrar que o regime racista foi derrubado apenas quando houve medidas econômicas de sanções e boicote.

Por outro lado, é preciso reconhecer também que, pela primeira vez, a chamada Questão Palestina tornou-se global a tal ponto que chegou a colocar a guerra da Ucrânia em segundo plano. Grande manifestações populares ganharam as ruas nos países árabes, mas em todos os continentes e, sobretudo, nos governos que mais apoiam Israel, como é o caso dos governos nos EUA, Inglaterra e Alemanha, principalmente.

Nesse sentido, cabe mencionar, em particular, a dimensão que tiveram os protestos estudantis que se iniciaram nos EUA e se espalharam para universidades europeias, canadenses e australianas. É perfeitamente compreensível, portanto, que a repressão aos movimentos nas universidades fosse de tamanha brutalidade, Afinal de contas, as bombas e aviões de guiadas por tecnologias militares sofisticadas combate são o resultado de pesquisas custeadas e projetadas pelo Pentágono nas universidades.

Os estudantes conseguiram, em um grau sem precedentes, colocar na pauta internacional a proteção das vidas palestinas, a reivindicação de um Estado palestino e o fim das parcerias das universidades com o complexo militar-industrial dos EUA, uma verdadeira máquina de guerra responsável direta ou indiretamente de boa parte da destruição de vidas no mundo.

Sim, a chamada Questão Palestina tem as suas particularidades históricas e sua complexidade geopolítica que é preciso conhecer, mas isso não é uma precondição para que possamos repudiar em alto e bom tom um genocídio que se naturaliza aos nossos olhos, basta despertar o sentimento de justiça.

A UnB e a responsabilidade da gestão em proteger direitos

» MÁRCIA ABRAHÃO MOURA
Reitora da Universidade de Brasília (UnB)

» JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR
Ex-reitor da UnB

Próximo ao fim da atual gestão da Universidade de Brasília (UnB), em 21 de novembro, compartilhamos memórias comuns à frente de uma universidade que é referência mundial, em razão da singularidade de seu projeto utópico — a universidade necessária, leal ao social, idealizada por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro para buscar soluções aos problemas do país.

O que nos marca profundamente é ter enraizado no projeto emancipatório da UnB o compromisso com os direitos humanos. Isso inclui a responsabilidade da gestão em proteger os direitos dos seus professores, técnicos e estudantes, além de garantir a proteção da instituição, que enfrentou ataques à sua existência e superou os desafios da pandemia.

Sobre os Direitos Humanos, distinguimos a singularidade de ter dado ao tema relevância científica, apoiando projetos acadêmicos, e prioridade organizacional e hierarquia sistêmica. A UnB é a primeira universidade pública federal a criar, no Conselho Universitário, uma Câmara de Direitos Humanos, além de uma Secretaria de Direitos Humanos para dar organicidade às deliberações da Câmara. Estabeleceu dois prêmios anuais: o Prêmio de Educação em Direitos Humanos Mireya Suarez, que valoriza práticas pedagógicas emancipatórias de Educação em Direitos Humanos; e o Prêmio Anísio Teixeira, que reconhece iniciativas de excelência no ensino, pesquisa e extensão universitárias. Ambos com inscrições abertas até 27 de outubro.

Fomos a primeira universidade federal a instituir uma política de ações afirmativas e de cotas étnicas e raciais, antes de haver previsão legal para tal. Esse pioneirismo foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012, que validou a constitucionalidade do programa da UnB e serviu de referência para todo o sistema de ensino superior.

Preservar direitos conquistados é a prova concreta de que eles não são dádivas, mas conquistas fruto de lutas coletivas, associativas, sindicais. E, claro, com o apoio da gestão. Assim é com a conquista da Unidade de Referência de Preços (URP) por técnicas e técnicos-administrativos e docentes.

Criada por lei em 1987 e suspensa em 1989, voltou após os servidores da UnB recorrerem à Justiça do Trabalho. Em 1991, o então reitor Antônio Ibañez, com apoio jurídico do professor Roberto Aguiar, estendeu o benefício a todos os contratados, com base na autonomia universitária. Desde então, o pagamento da URP vem sendo questionado nos âmbitos administrativo e jurídico. Não foi diferente nas nossas gestões.

Em 2010, questionamento do TCU exigiu trabalho incansável de gestão, culminando na liminar, ainda em vigor, da ministra do STF Cármen Lúcia, garantindo o pagamento da URP aos docentes. De 2016 em diante, mantivemos o compromisso de proteger os direitos dos servidores, em parceria com a atuação sindical. Com o apoio de professores da Faculdade de Direito da UnB, realizamos inúmeras iniciativas. Há toda uma saga nesse processo, pode-se dizer dramático, que

reflete a luta pela dignidade material ao valor trabalho, que vai além da retórica e se concretiza em medidas efetivas desta gestão.

Agora, vislumbra-se um horizonte de reconhecimento. Em decisão confirmada pela Segunda Turma do STF em junho, o ministro Gilmar Mendes restabeleceu a proteção aos valores dos servidores técnicos, enquanto os valores dos docentes permanecem preservados por liminar da ministra Cármen Lúcia. Nesta sexta-feira, 4, a URP foi garantida pelo STF aos técnicos, após julgamento final.

Vale atualizar o entendimento iniciado com a ministra Cármen Lúcia e por último, conferido pelo ministro Gilmar Mendes: “Fundamento nos princípios da segurança jurídica e confiança legítima” e na “impossibilidade de o Tribunal de Contas da União determinar a supressão, suspensão ou redução da remuneração, proventos ou pensões daqueles substituídos em relação à incorporação do percentual de 26,05% relativo à URP/89, determinada por decisões judiciais transitadas em julgado e por ato administrativo juridicamente perfeito adotado pela Fundação Universidade de Brasília no ano de 1991.”

Como expressamos aos ministros do sistema judicial e às autoridades públicas, a questão ultrapassa os aspectos jurídicos, envolvendo o sustento de cerca de 9 mil famílias que fazem da UnB uma instituição de excelência, orgulho do Distrito Federal. São esses princípios humanistas do direito que nos movem e pelos quais continuaremos a lutar.